

A PRESENÇA DOS INDUSTRIAIS NA POLÍTICA RIOGRANDENSE DURANTE A REPÚBLICA VELHA.

Márcia Lewis

INDRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a atuação e os interesses dos industriais na política rio-grandense procurando detectar aquilo que foi feito no sentido de favorecer a industrialização no Estado, além das atividades tradicionais de agricultura e pecuária que durante muito tempo foram as únicas alternativas econômicas concebidas para o Rio Grande do Sul pelo governo central.

Vamos ver também como esses personagens reagem ao chegar a recessão econômica mundial após 1929 e finalmente a revolução de 1930 que veio mudar nossos destinos.

Ao longo do trabalho vamos verificar a desinformação e o despreparo desses industriais para se darem conta do que estava realmente ocorrendo com a economia neste período de mudanças tão decisivo para a economia mundial e mais especificamente, para o capitalismo. A crise de 29 consagrou a falência do liberalismo econômico e a necessidade de um protecionismo econômico a nível nacional. No entanto, nossos políticos continuam a defender idéias retrógradas, perdidos diante de situações novas, como por exemplo já ocorrera durante a 1ª. Grande Guerra.

Durante a vigência da mesma, devido à dificuldade de importar, há um surto industrial, no Brasil e no Rio Grande do Sul.

No entanto, nos Anais da Assembléia o que notamos é a perplexidade dos nossos políticos que não conseguem entender como apesar do conflito mundial as finanças prosperam.

«Em plena crise geral houve em 1919 um aumento superior ao do período normal de 1909-1910.

Coletando as economias particulares, as caixas de depósitos populares, no fim de 4 anos de existência (1910-1914) exibem saldos como estes:

Banco da Província... 23.066:687\$00

Banco do Comércio.... 3.400:165\$000

Banco Pelotense..... 3.799:508\$000'2

O que eles não percebem é que a quebra das importações liberou capitais

que estão sendo investidos aqui mesmo. Com isso cresce o número de indústrias e aumenta-se o número de horas de trabalho das já existentes. Por outro lado, o consumidor sem a opção de comprar bens importados, consome o que estas fábricas estão colocando no mercado. O processo todo é muito lógico, mas não foi percebido no seu tempo, pelos homens que então regiam os destinos econômicos do Rio Grande do Sul.

Resta ainda fazer algumas considerações sobre as fontes do presente trabalho. Para acompanhar o desenrolar da atuação dos industriais na política utilizamos os Anais da Assembléia dos Representantes do Estado, onde nos discursos, nos apartes e até nos silêncios conseguimos acompanhar, ainda que de forma aproximada as diretrizes que guiavam os destinos do Rio Grande do Sul em uma época decisiva da sua história.

1 — ASPECTOS PREPONDERANTES DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL ATÉ 1930

Nosso Estado sempre apresentou uma série de problemas devido à sua situação geográfica periférica. Estes problemas vão se agravando no decorrer do período que medeia a virada do século até 1930.

A principal atividade econômica do Rio Grande do Sul na época, as charqueadas, estava sendo ameaçada pela concorrência do charque platino, de melhor qualidade e mais barato que o produzido aqui, e que encontrava fácil colocação no mercado, tanto brasileiro como mundial.

Sem nos aprofundarmos na questão, basta apontarmos as causas do alto preço do nosso produto: durante muito tempo produzido com o emprego da mão-de-obra escrava, conservara um baixo padrão tecnológico. Utilizava gado de baixa qualidade e enfrentava dificuldades no seu transporte. O Estado contava com poucas e desorganizadas linhas férreas que cobravam altos fretes, poucas estradas e a navegação prejudicada gravemente pela Barra de Rio Grande, obstruída constantemente por bancos de areia (3).

É claro que as dificuldades do transporte eram extensivas aos outros produtos daqui. Assim sendo, eles chegavam aos mercados do Norte por um preço desvantajoso. Com o correr do tempo, começam a enfrentar a concorrência dos produtos de São Paulo, concorrência essa tanto a nível nacional como também a nível regional.

De maneira resumida, aqui estão os problemas que os políticos rio-grandenses têm que enfrentar de 1900 a 1930.

2 — DOIS INDUSTRIAIS QUE ATUARAM NA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL ATÉ 1930

São dois os industriais que atuaram também na política até 1930: MA-NOEL PY e ALBERTO BINS.

Manoel Py foi eleito deputado ainda no século passado, 1889 e ficou longos anos em exercício, sendo eleito consecutivamente até 1908.

Alberto Bins, por sua vez, foi eleito em agosto de 1913, mais tarde foi intendente do Município e depois Prefeito de Porto Alegre.

No entanto, apesar do longo exercício do poder, muito pouca coisa foi feita a favor do incremento da indústria no nosso Estado.

Manoel Py, fundador da Fiateci (4), da Cia. Predial e Agrícola, da Cia. Força e Luz Porto-Alegrense, da Cia. Telefônica Rio-Grandense, da Cia. Previdência do Sul, do Banco Mercantil Franco-Brasileiro, entre outros empreendimentos, homem tido como de grande visão, teve, no entanto, na Assembléia uma discreta atuação. Se constarmos a sua aprovação sempre que as decisões tomadas pelos membros da Assembléia pudessem favorecer a nossa indústria, esta aprovação nunca é demonstrada de forma veemente ou calorosa. Em quase 23 anos de política, seus discursos são raros, sua participação vai diminuindo até ser nula nos últimos anos. Ele faz parte das Comissões de Orçamento durante vários anos e chega a ocupar o cargo de Vice-Presidente da Assembléia em 1905, parece que no auge de sua força.

Apesar da sua discreta participação, alguma coisa foi feita nestes anos, ainda que o mérito não seja seu.

O Imposto Territorial foi instituído em 1902 em substituição ao Imposto de Exportação. Sua aprovação vinha sendo discutida deste 1893 e estava previsto mesmo na Constituição do Estado.

O novo Imposto foi calorosamente recebido pelos industrialistas e o setor urbano, ao mesmo tempo que provocou revolta no grupo latifundiário agropastoril.

O seguinte trecho foi enviado por Borges de Medeiros à Assembléia e elucida bem o ponto de vista da *situação* política, do Partido Republicano:

«Se estamos realmente convencidos da necessidade de amparar as nossas indústrias, não vejo que outra medida protetora possa ser adotada com mais eficiência do que a supressão gradual e rápida das taxas de exportação. Porque, como se exprime em conceituosa síntese um eminente brasileiro, 'o imposto de exportação é o cúmulo da iniquidade, tributa cruelmente o trabalho e protege a vadiação; atira os encargos da sociedade sobre uma pequena classe ativa; depauperá o produtor e rompe com o princípio da equidade que deve ser a base do sistema tributário'. Desde que todos os cidadãos partilham igualmente dos benefícios do orçamento, o imposto deve obedecer a uma proporção razoável na medida de forças de cada um. É justamente essa a vantagem do imposto territorial cuja renda subdivide-se, de tal modo pelos proprietários do solo, que se torna leve à massa de contribuintes (Problemas Fluminenses — Américo Werneck)»5.

Em novembro do ano seguinte, é lida na Assembléia uma petição dos fazendeiros de Bagé, que caracteriza bem o que estavam sentindo os proprietários rurais no Rio Grande do Sul. Manoel Py não se achava presente.

«... com certeza, a ilustre Assembléia, ao vetar a lei do Imposto Territorial, tomando

para uma de suas bases o valor venal das terras, não se lembra da grande injustiça que se cometeria contra a maioria dos contribuintes e dos imensos sacrifícios a que iria sujeitá-los».

E mais além:

«Parece-nos termos demonstrado suficientemente, com a necessária clareza, que a ser substituído o Imposto de Exportação pelo Territorial, que, pelo menos, para esse fim terá deser triplicado, a miséria será para o proprietário rural a conseqüência irremediável que se lhe depara, e os únicos que serão beneficiados com semelhante medida serão os consumidores externos dos produtos rio-grandenses, que se verão livres desse imposto, que ficará a cargo somente dos produtores rurais».

A troca do Imposto de Exportação pelo Territorial veio a beneficiar os produtores da zona colonial (6), e os setores urbanos, vinculados ao comércio e à indústria.

Além disso, foram reduzidas gradativamente, as taxas de exportação rio-grandense e intensificou o processo de acumulação de capitais e foi por isso, positiva para a indústria.

Em 1905, há na Câmara uma discussão acirrada a respeito da tributação da lenha. Ora a lenha era o principal combustível das indústrias nascentes. Desta vez Manoel Py intervêm, mas para reclamar do destino que é dado à arrecadação deste imposto:

«... Mas, Sr. Presidente, o assunto da tributação da lenha, lucidamente desenvolvido pelo relator da Comissão, merece reparos. Não acho justo que, gravando-se as indústrias com um imposto pesado, não venha a aproveitar-se esse imposto às indústrias que se quer proteger. Não acho justo que o produto da tributação à lenha seja incorporado às indústrias a que se quer proteger. Não acho justo que o produto da tributação à lenha seja incorporado às rendas ordinárias do Estado. Fosse a proposta da ilustre Comissão de Orçamento acompanhada de justificativa ao destino que se deve dar ao produto desse imposto e as industrialistas resignadamente o suportariam. E porque entendo que os valores de arrecadação desse ônus devem ser aplicados em benefício da indústria carbonífera, em prêmios, ao replantio das árvores, mando à mesa esta emenda, sem pretender, com outras considerações, fatigar a atenção da Casa»⁷.

A emenda proposta pelo Sr. Deputado Py não é aceita, mas é a primeira vez que ele manifestaria abertamente a favor dos industriais. É o que de mais próximo ele fez em relação a uma consciência de classe e merece ser destacada.

Nos anos seguintes Manoel Py faz parte das Comissões de Orçamento, mas sua voz já não é ouvida independente das outras. De válido, essas Comissões não fizeram muita coisa em relação às indústrias, mas vale destacar o estímulo que deram à plantação de plantas têxteis como a *Furcroya* — gigantea (8) destinadas a fabricação de aniagem, ou seja, dos sacos que embalavam nossos grãos e os produtos que isentaram de impostos ainda que por prazo limitado, como vinhos, cervejas e licores. Além disso atenderam aos pedidos dos industriais do setor do couro equiparando as taxas de 2% e 5%, para, respectivamente, couros curtidos e solas, por uma taxa única de 3% sobre o valor do produto.

A participação de Manoel Py, como já foi dito anteriormente, decresce

até não mais existir. O velho político e industrialista não mais seria eleito em 1913, sendo porém lembrado seu nome numa rua de Porto Alegre, no Bairro São João.

Alberto Bins é mais conhecido que o seu colega *industrialista*. Afinal, além dos longos anos como Vereador, depois Deputado (9), foi durante 10 anos Prefeito de Porto Alegre.

Em 1891 tornou-se sócio comanditário e depois, diretor-técnico da Fábrica de Cofres Berta. Em 1906 ele adquire a totalidade da Metalúrgica Berta. A fábrica ganhou renome e prosperou sob sua administração.

Segundo Jean Roche:

«Embora a direção da firma haja sido sua principal ocupação, Alberto Bins teve múltiplas atividades. Continuou a participar da União de Ferros; foi, a esse título, Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre por diversas vezes e fundador da Federação das Associações Comerciais; criou, com o cunhado, O. Lorwen, uma granja modelo (Granja Progresso), que se torna, mais tarde, estação experimental do Instituto Rio-Grandense do Arroz, pois Bins foi Presidente do Sindicato dos Rizicultores, e, mais tarde, fundador do Instituto do Arroz; foi Presidente do Conselho de Controle da Varig, a companhia rio-grandense de aviação criada em 1927, membro do Conselho de Administração de 23 outras sociedades rio-grandenses...» 10.

É realmente impressionante que com tantos afazeres, Bins tenha tido tempo de se dedicar à política. De 1908 a 1913 ele ocupou uma cadeira na Câmara de Vereadores. De 1913 a 1924 foi Deputado Estadual. Até 1928 Intendente do Município e depois disso foi Prefeito de Porto Alegre.

No livro de Erich Fausel (11), que tem várias passagens ditadas pelo próprio Alberto Bins, temos como iniciou política de Bins:

«Como admirador de Júlio de Castilhos que durante anos dominava na política do Rio Grande, Bins ingressou em 1901 no Partido Republicano. Na ocasião não somente seguiu as suas tendências políticas, mas também a seus legítimos impulsos de consciência. O programa do partido, a seu ver, correspondia aos anseios da população operária, sendo que os círculos conservadores, dos quais fazia parte, nada mais desejavam do que ordem e paz para atenderem a seus desejos» 12.

Bins foi nomeado Major por Júlio de Castilhos, que queria fazê-lo entrar na política rapidamente. Esta nomeação representa o primeiro ato político de sua vida. No entanto, o título não tinha nenhuma validade militar, e foi usado sempre, como título honorífico apenas.

No entanto, mais uma vez nos deparamos com uma atuação discreta na Assembléia. O próprio Alberto Bins se desculpa dizendo:

«Como Deputado pouco falei, na maioria dos casos trabalhava em Comissões».

Fausel (13) lhe faz elogios rasgados, dizendo que nestas Comissões Alberto Bins lutou objetivamente pelo fomento da economia rigrandense, sem se ater aos discursos. No entanto, ao verificarmos sua atuação nos Anais da Assembléia nos anos em que Alberto Bins foi Deputado, vamos encontrar dificuldade em detectar tão somente o nome de Alberto Bins. Objetivamente falando, sua participação, pelo menos oficial, é quase nula. Fausel ainda diz que:

«Como membro da Comissão de Orçamento exercia um cargo da mais alta responsabilidade e Borges de Medeiros bem como o futuro chefe do partido, Getúlio Vargas, muito bem sabiam por que lhe haviam confiado tal posto»

3 — A AGITAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE 30 E A ATUAÇÃO DE ALBERTO BINS

Quando Borges de Medeiros retirou-se da atividade política deixando a direção do Partido Republicano, Alberto Bins aderiu ao Partido Liberal, como a maioria dos outros republicanos também o fez.

Ao se aproximarem as eleições de 1930, sentia-se grande tensão na política. Alberto Bins, em setembro de 1929 esclarece as suas concepções políticas: ele é pela unidade, pela frente única em torno do candidato rio-grandense Getúlio Vargas. Não se podia pensar em revolução e em separatismo, nem tampouco em tentativas aventureiras. Os interesses do comércio e da indústria, da agricultura e da pecuária reclamavam uma solução conservativa da questão política. Neste momento Alberto Bins está falando como industrial. É óbvio que numa situação política tensa e instável, ele sentisse se não os interesses de outros industriais, pelo menos os seus interesses ameaçados.

Como Prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins declarou a Osvaldo Aranha: «sou industrialista, nós é que pagaremos a revolução» (14). Isso em 1930, um ano depois a revolução, ou como Getúlio Vargas a chamava «a contra-revolução» era vitoriosa. Alberto Bins no entanto, não via com tranqüilidade as mudanças ocorridas. Nunca foi revolucionário, empenhando-se em representar a classe produtora, ainda que de forma discreta:

«Em 1932 veio a ele, como Presidente da Associação Comercial a proposta proveniente do Rio, para a criação de um partido econômico. Ainda que fortemente entrelaçado em questões de economia, Alberto Bins rejeitou tal idéia. Juntamente com representantes da indústria e da economia como Bertaso, Kessler, A. J. Renner, Sassi, Dahne e di Primio Beck apresentou ao Governador, em uma audiência, a sua idéia: A decadência sempre maior dos velhos partidos políticos após a revolução de 30 era evidente.

Todavia, as classes produtoras se viam obrigadas a zelar pelos seus interesses. Surgira assim, a idéia da criação de um partido de caráter exclusivamente econômico. Como, porém, justamente agora o Partido Republicano Liberal se encontrava em fase de organização, desistiriam eles da fundação de um próprio partido econômico, gostariam, no entanto, de apresentar ao Partido Republicano Liberal algumas propostas concernentes a seu programa. E assim se fundou num congresso político, a 23-XI-1932, o Partido Republicano Liberal» 15.

Alberto Bins pregava a organização em sindicatos da classe produtora. Em 1930, devido à revolução e mesmo a depressão econômica derivada da crise de 29, haviam várias indústrias falidas, outras sem poder pagar seus operários. Os que não estavam desempregados, estavam, na sua esmagadora maioria, sem pagamento.

Como na época não havia uma regulamentação de leis protetoras dos operários, estes estavam em situação muito precária.

Alberto Bins reúne um *comitê industrial* (16), onde haviam 67 Delegados de estabelecimentos representando 7.693 operários. Ele então faz um discurso falando da situação difícil do Estado, e mesmo do País e propõe o pagamento de um bônus com garantia hipotecária rendendo juros aos operários, para evitar a saída do numerário. Os operários municipais receberiam cautelas de alimen-

tação, os industriais deveriam continuar a atividade e o Estado e Município se comprometiam de iniciarem obras de utilidade pública para empregar os *sem ofício determinado* que também receberiam cautelas.

Além disso prega a criação de cozinhas populares, do que o Rotary Club daria o exemplo.

Essa atitude de compreensão dos reais problemas sociais que estavam acontecendo devido à desorganização econômica, é extremamente importante. É uma atitude que prega uma solução a curto prazo, muito mais importante que suas soluções políticas, as sugestões para o Partido Republicano Liberal. No entanto, pode-se notar uma diretriz dominante: a organização de classe é primordial, seja na classe operária, seja na industrial. É a primeira vez que se pensa objetivamente, em uma *associação industrial* a fim de defender os interesses específicos da indústria. Os interesses agro-pastoris sempre tinham sido ciumentamente defendidos, e a indústria crescera quase que clandestinamente, sem proteção e com um incentivo mínimo por parte do governo central, o Rio Grande do Sul estava destinado a ser o *celeiro do Brasil* e só. Agora, no entanto, mudara-se o governo e a nova palavra de ordem era incrementar-se a industrialização. Por parte dos industriais, o despertar de uma consciência de classe veio muito tarde, mas veio finalmente, provocada por Alberto Bins que tomou a iniciativa de reunir os industriais e seguida por A.J. Renner.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho se pretendeu comprovar o quão fraca e discreta foi a atuação dos industriais na política, uma política que no que tange à economia, era liberal, e não protegia, de forma efetiva, as indústrias que estavam surgindo no Estado.

Desde as tímidas interrupções de Manoel Py até a convocação dos industriais por Alberto Bins em 1930, um longo caminho foi percorrido. Podemos ver o quão despreparados para o processo revolucionário estavam os industriais que mesmo atuando simultaneamente na política como Alberto Bins, não vão tomar medidas de proteção as suas indústrias e aos seus operários senão depois que a economia está francamente desorganizada. Isso porque não havia uma efetiva *consciência de classe* por parte dos industriais, como hávia por parte dos latifundiários vinculados ao setor agro-pastoril. Após 1930 esta consciência tornou-se fator de vida ou morte para os industriais. E aí, é que os industriais vão se reunir, e tentar organizarem-se em algo parecido com o que os comerciantes tinham: a Associação Comercial é o exemplo, então para a criação do Centro de Indústria Fabril.

NOTAS

* BACHAREL EM HISTÓRIA — UFRGS

² ANNAES da Assembléia de Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1914, p. 26

- 3 Os trabalhos de desobstrução da Barra de Rio Grande só começaram em dezembro de 1910.
- 4 Fundada em 1891, utilizava matéria-prima produzida no Estado e especializada no fabrico de cobertores.
- 5 MENSAGEM enviada à Assembléia dos Representantes do Estado para o Presidente Borges de Medeiros, 1903.
- 6 A produção colonial baseava-se na pequena propriedade.
- 7 ANNAES da Assembléia de Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1907, p. 42.
- 8 Idem
- 9 Alberto Bins foi Deputado de 1913 a 1924.
- 10 ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1939, p. 533.
- 11 FAUSEL, Erich. **Alberto Bins, o mertense brasileiro**. São Leopoldo, Ed. Rotermund & Cia. Ltda., p. 36.
- 12 FAUSEL, Erich. *Ibidem*, p. 37.
- 13 Idem.
- 14 FAUSEL, Erich. *Ibidem*, p. 37.
- 15 FAUSEL, Erich. *Ibidem*, p. 40.
- 16 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 23 de outubro de 1930, p. 1.

BIBLIOGRAFIA

- FAUSEL, Erich. **Alberto Bins, o mertense brasileiro**. São Leopoldo, Ed. Rotermundo & Cia. Ltda.
- REICHEL, Heloisa J. **A Indústria Têxtil do Rio Grande do Sul — 1910 a 1930**.
- ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1939.
- ANNAES da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul — 1889-1926.
- JORNAL Correio do Povo. Porto Alegre, 23 de outubro de 1930.
- MENSAGEM enviada à Assembléia dos Representantes do Estado para o Presidente Borges de Medeiros, 1903.